

## POSICIONAMENTO PÚBLICO

### “DINHEIRO PÚBLICO EXCLUSIVAMENTE PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA”

Desde sua fundação, em 1º de janeiro de 1970, a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo faz a defesa incondicional do princípio da destinação exclusiva de recursos públicos para a educação pública.

Desse modo, faz jus ao legado de Florestan Fernandes e sua “Campanha em Defesa da Escola Pública”, mobilizada a partir de 1960 com a participação de outros professores do então Departamento de Educação da FFCL - USP. Também se reconhece tributária do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932) e do “Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados” (1959). Por último, é devedora e construtora da agenda elaborada pelo “Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública”, criado nos debates constituintes.

Diante do exposto, a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo reitera que os recursos do novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) devem ser destinados exclusivamente às escolas públicas, vedando o financiamento de estabelecimentos que extrapolam o disposto na Constituição Federal de 1988.

Portanto, a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo se soma às entidades, movimentos sociais, educadores e pesquisadores contrários ao sequestro de recursos públicos a estabelecimentos privados, engendrada por parte da base de apoio parlamentar do presidente Jair Messias Bolsonaro, que ataca o novo Fundeb.

Segundo Nota Técnica publicada pela “Campanha Nacional pelo Direito à Educação” e “Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação” (Fineduca), o governo Bolsonaro deseja transferir R\$ 15,9 bilhões de recursos públicos do Fundeb para o Sistema S e estabelecimentos conveniados (confessionais, comunitários e filantrópicos). Em 2019, o Sistema S já recebeu R\$ 21 bilhões do Poder Público e os estabelecimentos conveniados R\$ 6,7 bilhões. Trata-se, assim, de uma medida privatista e inaceitável, que reduz o financiamento adequado das escolas públicas brasileiras e inviabiliza a valorização dos profissionais da educação básica pública do país.

Por fim, a Faculdade de Educação da Universidade de Educação reitera: o dinheiro público deve financiar exclusivamente as escolas públicas comuns.

São Paulo, 17 de dezembro de 2020.